



ACÓRDÃO Nº1925/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12068/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Edval Machado Júnior – Dirteor-Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC
- 6- **Advogado:** Yasmin Mascarenhas Maues – OAB/AM nº 12768 e Feraananda Couto de Oliveira OAB/AM 11.413.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5097/2022-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC. Exercício de 2021.

Determinação. Regularidade. Quitação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar o acolhimento da preliminar de incompetência deste Tribunal de Contas**, de modo a DETERMINAR à Secretaria Geral de Controle Externo deste Tribunal de Contas que exclua a Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC do rol de unidades administrativas jurisdicionadas deste Tribunal, autuando em apartado as prestações de contas provenientes dos contratos de gestão firmados pela AADC com o Estado do Amazonas como prestação de contas de transferências voluntárias, a serem julgadas pelas Câmaras desta Corte, conforme orientação já sedimentada no Acórdão nº 292/2019-TCE-TRIBUNAL PLENO, contudo levando-se em consideração as especificidades da AADC quanto aos objetivos e obrigações de seus contratos de gestão expostos na Lei nº3.582/2010, cabendo, ainda, às Secretarias de Estado que firmarem contratos de gestão com a AADC informarem tais atos jurídicos a este Tribunal de Contas quando de suas devidas prestações de contas anuais, uma vez que são as responsáveis diretas pelos contratos;



ACÓRDÃO Nº1925/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.2. Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Edval Machado Júnior**, responsável pela Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural–AADC, com fundamento nos termos do art. 1º, II, “a” c/c 22, I, ambos da Lei Estadual nº 2.423/96, bem como nos termos do art. 5º, II da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, **caso o e. Tribunal Pleno não acolha a preliminar arguida pela defesa;**
- 10.3. Dar quitação** ao **Sr. Edval Machado Júnior**, nos termos do art. 163, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno desta Corte);
- 10.4. Dar ciência** ao **Sr. Edval Machado Júnior** e à Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC sobre o deslinde do feito, obedecida a constituição de seus patronos.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral